

A ILHA DO RIJO E SEU PRÉDIO HISTÓRICO

RICARDO DOS SANTOS GUIMARÃES*
Capitão de Corveta (T)

FABÍOLA MARIA DA SILVA CHAGAS**
Professora

MARIA AUGUSTA EVANGELISTA FERNANDES***
Restauradora

SUMÁRIO

Introdução
A Ilha do Rijo
O prédio histórico
Considerações finais

INTRODUÇÃO

Localizada na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e situada a cerca de 500 metros a leste da Ilha do Governador, a Ilha do Rijo abriga atualmente parte das instalações do Centro de Munição

da Marinha do Brasil, entre as quais destaca-se um prédio de notável valor histórico, construído no início do século passado para ser o Observatório Astronômico e Meteorológico da Marinha. A pequena ilha possui formato irregular, aproximadamente 300 metros em sua

* Encarregado da Divisão de Arqueologia Subaquática da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM). Licenciado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, especialista em Arqueologia Subaquática pelo Instituto Politécnico de Tomar/Universidade Autónoma de Lisboa e mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

** Graduada em História pela Universidade Gama Filho, pós-graduada em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense, em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e mestre em História das Instituições pela Unirio. Entre 2009 e 2013, exerceu a função de oficial da Marinha do Brasil, atuando nas áreas de pesquisa e ensino na DPHDM. Diretora da Escola Municipal 25 de Abril desde junho de 2017.

*** Graduada em Pintura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-graduada em Teoria da Arte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Entre 1995 e maio de 2019, foi servidora civil da DPHDM, onde, entre outros, exerceu o cargo de encarregada da Seção de Manutenção de Exposições.

maior extensão e cerca de 95 metros de largura, com área média de 27.125 m². É coberta com vegetação de porte médio, circundada por pequenas enseadas de areia, conjuntos rochosos e terreno com duas elevações distintas de cerca de 18 metros de altitude.¹

A ILHA DO RIJO

Em 1884, a Ilha do Rijo fazia parte do espólio do falecido Manoel Marques Dias e encontrava-se em processo de arrematação judiciária, em praça do juízo de direito da 1ª Vara de Órfãos, para pagamento a credores, estando avaliada pela quantia de 2 contos de réis (2:000\$000)². A arrematação da Ilha do Rijo só ocorreu após novembro de 1888, possivelmente pela Companhia Industrial de Dinamites, já que a companhia inaugurou no local, em setembro de 1891, um de seus principais estabelecimentos³.

Segundo o historiador naval Levy Scavarda (1956, p. 441), em 15 de setembro de 1897 a Ilha do Rijo foi adquirida pelo Ministério da Fazenda a Afonso Gaspar Torres, pela importância de 70 contos de réis (70:000\$000). Contava com diversas benfeitorias, entre as quais uma casa construída de pedra e cal, localizada na coroa da ilha, um cais de alvenaria para embarque, armazéns e encanamentos (CORRÊA, 1936).

Em setembro de 1904, a Ilha do Rijo foi cedida ao Ministério da Guerra pelo Ministério da Fazenda no intuito de servir como depósito de materiais inflamáveis. Apesar dessa cessão, não há registro de que o Exército tenha feito qualquer uso da ilha (SCAVARDA, 1956, p. 442). A não-utilização despertou o interesse de sua aquisição por particulares. Consta em jornais do Rio de Janeiro publicados no início de 1907, entre os quais o *Correio da Manhã*⁴, a informação de que Carlos da Costa Wigg, empresário ligado ao ramo de mineração, propôs a compra da ilha pela quantia de 10 contos de réis (10:000\$000), porém teve seu requerimento indeferido pelo Ministério da Fazenda.

Em 1907, o chefe da Repartição da Carta Marítima⁵, Almirante Arthur Silveira da Motta, o Barão de Jaceguai, pretendia construir na Baía de Guanabara, em local à beira-mar e em posição insular, um observatório astronômico e meteorológico para a Marinha. Ao saber que a Ilha do Rijo se encontrava sem utilização, determinou que o Capitão de Mar e Guerra Andrade Leite, então diretor de Hidrografia da Repartição da Carta Marítima, fizesse um reconhecimento da ilha.

Após confirmar ser a Ilha do Rijo, por sua área e posição, um local ideal para instalação do observatório astronômico, fato já mencionado há alguns anos pelo

1 Informações contidas no Memorial Descritivo da Ilha do Rijo, elaborado pela Diretoria de Administração da Marinha, datado de 15/4/1981. (Tombo de nº 19.085.0)

2 Conforme publicação do *Jornal do Comércio*, em 19 de março de 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=ilha%20do%20rijo&pasta=ano%20188>.

3 Conforme publicação do *Jornal do Comércio*, em 1ª de setembro de 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&PagFis=2597&Pesq=ilha%20do%20rijo>.

4 Publicação de 5 de fevereiro de 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01&pesq=ilha%20do%20rijo&pasta=ano%20190>.

5 O Decreto nº 6.964, de 29 de maio de 1908, reorganizou a Repartição da Carta Marítima, rebatizando-a de Superintendência de Navegação, com duas Diretorias: a de Hidrografia e a de Navegação (CAMINHA, 1997, p. 14). O Barão de Jaceguai ficou à frente da Carta Marítima/Superintendência de Navegação de 4 de abril de 1907 a 5 de outubro de 1910, com destacada atuação (MARTINS, 2006, p. 99).

renomado astrônomo Emmanuel Liais⁶ (SOUZA, 1882, p. 119), o Almirante Silveira da Motta decidiu solicitar ao então Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar, a possibilidade de adquiri-la.

Atendendo à solicitação de Jaceguai, o Ministro Alexandrino requisitou ao ministro da Guerra a cessão da Ilha do Rijo para o Ministério da Marinha, visando a prepará-la para receber as instalações do futuro observatório astronômico e meteorológico, conforme registrado no Aviso nº 1.348, de 27 de setembro de 1907:

“Sr. Ministro da Guerra – Tendo em vista o que expôs o Chefe da Repartição da Carta Marítima sôbre a inconveniência de serem os cronômetros destinados aos navios de guerra regulados no Observatório Astronômico do Morro do Castelo dependente do Ministério da Indústria, rogo-vos dignéis de providenciar no sentido de ser cedida a este Ministério a Ilha do Rijo, que se acha sob a jurisdição do Ministério a vosso cargo, para nela ser estabelecido não só o Observatório dêste Ministério, mas ainda os serviços meteorológico e magnético, até agora instalados, a título provisório, no Morro de Santo Antônio. Saúde e Fraternidade. (a) Alexandrino Faria de Alencar” (SCAVARDA, 1956, p. 442).

O titular da pasta da Marinha também solicitou ao ministro da Guerra a cessão do Ilhote do Milho, localizado a pequena distância da Ilha do Rijo, conforme consta no Aviso nº 1.512, de 7 de outubro de 1907:

“Sr. Ministro da Guerra – em adiamento ao Aviso nº 1348, de 27 de setembro último, em que vos solicitei a cessão a êste Ministério da Ilha do Rijo, que se acha sob jurisdição do Ministério a vosso cargo, para nele ser estabelecido o Observatório e serviços meteorológico e magnético, instalados, até agora, a título provisório no Morro de Santo Antônio, rogo vos dignéis a providenciar para que o ilhote do Milho, existente a pequena distância daquela ilha e que parece ser uma dependência da mesma, seja também transferido para este Ministério a fim de servir de depósito de carbureto de cálcio, para carregamento de bóias iluminativas a acetilêno, conforme pede o Chefe da Repartição da Carta Marítima. Saúde e Fraternidade. (a) Alexandrino Faria de Alencar” (*Ibidem*, p. 442).

Inicialmente, a Ilha do Rijo foi cedida à Marinha pelo Ministério da Guerra de maneira informal, após tratativas verbais entre os titulares das duas pastas. Entretanto, a divulgação de notícias pela imprensa da época, consideradas “inexatas” pelo Superintendente de Navegação e que questionavam as atividades da Marinha na ilha, levou o ministro da Marinha a solicitar ao ministro da Guerra que fossem iniciados os trâmites burocráticos a fim de formalizar a cessão da Ilha do Rijo para a Marinha, conforme registra o Aviso nº 4.016, de 31 de agosto de 1908:

“Sr. Marechal Encarregado do Expediente do Ministério da Guerra

6 Emmanuel Liais foi renomado astrônomo de origem francesa que dirigiu o Imperial Observatório do Rio de Janeiro, de janeiro a julho de 1871 e de 1874 a 1881. Era defensor da transferência do Observatório, localizado no Morro do Castelo, para local mais adequado, devido ao seu provável desmoronamento, assim como pela existência de ferro, que influenciava as observações magnéticas (SOUZA, 1882, p. 119).

– Tendo os jornais desta Capital publicado várias notícias sobre a Ilha do Rijo e havendo o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, cedido verbalmente a êste Ministério a referida ilha, enquanto não o fôsse feito por aviso, solicito-vos providências a fim de que nesse sentido seja feito o respectivo expediente, de modo a poder a Superintendência de Navegação iniciar a montagem na mesma ilha de um observatório astronômico-meteorológico. Saúde e Fraternidade” (SCAVARDA, 1956, p. 442-443).

Atendendo à solicitação da Marinha, o ministro da Guerra endereçou expediente ao Ministério da Fazenda comunicando, por meio do Aviso nº 615, de 3 de setembro de 1908, não ser mais do interesse daquele Ministério permanecer com a cessão da Ilha do Rijo e solicitando que fosse transferida a pasta da Marinha.

Pelo Aviso nº 3.167, de 20 de junho de 1909, o Almirante Alexandrino solicitou ao Ministério da Fazenda a cessão da Ilha do Rijo e do Ilhote do Milho, obtendo parecer favorável daquele Ministério por meio do Aviso nº 80, de 21 de setembro do mesmo ano.

Após receber a informação da cessão da Ilha do Rijo e do Ilhote do Milho para a Marinha, o Barão de Jaceguai comunicou ao Ministro Alexandrino, em 27 de setembro de 1909, ter ordenado ao Capitão de Corveta Alfredo Cordovil Petit, que já se encontrava residindo na ilha, o início do levantamento topográfico das duas ilhas, assim como minucioso traçado de seus contornos.

Segundo Scavarda (1956, p. 443), as despesas da Marinha com a realização de

benfeitorias na ilha chegaram à soma de 166:167\$000, sendo construídos:

“um edifício para o observatório; dois armazéns; casas para residência do oficial encarregado do observatório e administração da ilha, e do seu ajudante; reservatório d’água; ponte de trilhos curvados, ligando as colinas principais da ilha; pequena casa de madeira para empregados; cais de alvenaria, tendo escada de cantaria com dois lances e a altura média de 3m53 de comprimento sôbre 1m20 de largura, além de cobertura metálica com telha de asbestos sôbre o reservatório d’água; canalização de águas pluviais; ligação de água potável para todos os edifícios; subdivisão de um dos armazéns para residência de empregados subalternos; cêrcas de ferro nos terrenos distribuídos para gôzo e logradouro das casas de habitação; e um pequeno reservatório de água para regar jardins e hortas” (*Ibidem*, p. 443-444).

O Observatório Astronômico e Meteorológico da Marinha foi inaugurado no início de 1910 e contava, entre outros equipamentos, com uma luneta meridiana portátil e uma pêndula astronômica (*Ibidem*, p. 444). Em abril do mesmo ano, a Ilha do Rijo passou a contar com o concurso de energia elétrica para sua iluminação⁷.

Apesar da inauguração do observatório, em 1910, o aparecimento de alguns problemas impediu a sua efetiva utilização. Conforme o ministro da Marinha, Vice-Almirante Joaquim Marques Baptista de Leão, em relatório apresentado ao Presidente da República em 1911, o observatório da Ilha do Rijo nunca fun-

7 Conforme matéria publicada no *Jornal do Brasil*, em 1º de abril de 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_03&PagFis=700&Pesq=ilha%20do%20rijo>.

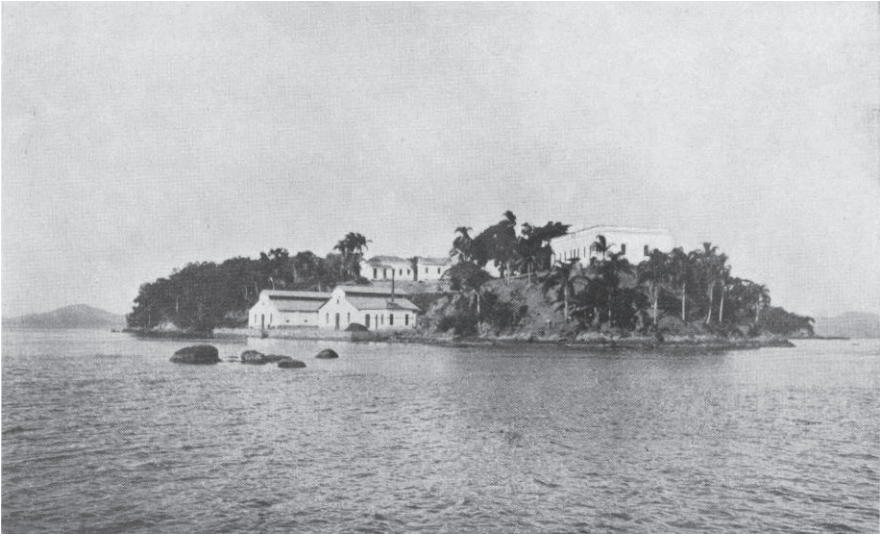


Imagem 1 – Vista panorâmica da Ilha do Riço em 1910 (DIAS, 1910, p. 363/ M-28)



Imagem 2 – Vista do Observatório Astronômico e Meteorológico da Marinha em 1910 (DIAS, 1910, p. 363)

cionou devido ao seu edifício não inspirar segurança (BRASIL, 1911, p. 49). Conforme Scavarda (1956, p. 444), o peso da cúpula fendeu as paredes e o edifício foi condenado para funcionar como observatório, sendo os pertences transferidos para a Ilha das Cobras, ainda em 1911.

Em abril de 1912, o ministro seguinte, Contra-Almirante Manoel Ignácio Belfort Vieira, também por meio de seu relatório, registrou que os serviços de regulagem dos cronômetros continuavam a ser realizados no Observatório Nacional, localizado no Morro do Castelo, mas que,

devido à mudança deste para o Morro de São Januário, em São Cristóvão, obrigava a Marinha a buscar outro local para este fim, não se prestando a Ilha do Rijo para tal serviço devido à distância e aos graves inconvenientes de transporte dos cronômetros de bordo dos navios para a ilha e vice-versa, principalmente em situação de mau tempo (BRASIL, 1912, p. 70).

A análise dos relatórios dos ministros da Marinha, redigidos entre 1910 e 1914, demonstrou que a Ilha do Rijo vinha sendo utilizada como depósito geral de material, entre os quais carbureto, petróleo e artigos de balizamento e iluminação pertencentes à Superintendência de Navegação. Neste

período, em serviço na ilha encontravam-se apenas os instrumentos de meteorologia, os instrumentos magnéticos e a câmara de ar para compensação de barômetros, além da existência do depósito e de oficinas destinadas à manutenção de faróis.

Pelo Aviso Ministerial nº 4.521, de 1º de outubro de 1914, o Almirante Alexandrino determinou a instalação da Direção do Serviço Geral de Submersíveis e de Aviação da Marinha na Ilha do Rijo, designando como diretor o Capitão de Fragata Felinto Perry, sendo a ilha entregue a esse Serviço pelo Aviso nº 4.805, de 24 de outubro de 1914 (BRASIL, 1915, p. 139; LINHARES, 2001, p. 168).

Em 1915, o Ministro Alexandrino, em seu relatório do ano de 1914, em relação à Diretoria dos Serviços de Submersíveis e Aviação, informou a escolha da Ilha do Rijo como local mais conveniente para se instalar a base de submersíveis, cuja flotilha já contava com os submarinos *F1*, *F2* e *F5*. Além de atender às exigências técnicas para se instalar uma base de submarinos⁸, o ministro destacou que a ilha não era sede de nenhum estabelecimento de atividades intensas como a Ilha de Mocanguê Grande ou a Ilha das Enxadas, onde funcionavam as Escolas Profissionais e de Grumetes. Além disso, complementou que na Ilha do Rijo os submarinos ficariam protegidos dos ventos, da pouca profundidade e do fundo lamoso, condições adversas que, conforme o ministro, existiam tanto na Ilha das Enxadas como em Mocanguê. Concluía a sua defesa ale-

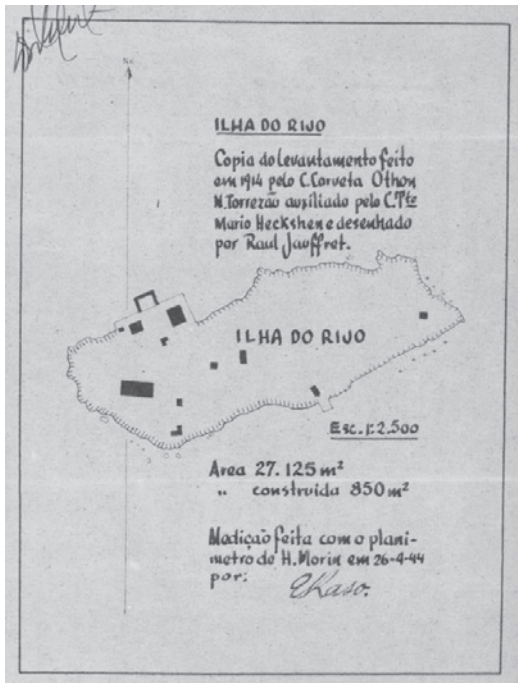


Imagem 3 – Cópia de um levantamento topográfico da ilha realizado em 1914

8 Uma base de submarinos deveria preencher as seguintes condições, na avaliação do Ministro Alexandrino: possuir bom atracadouro e amarração segura; lazeira de fundo para que os navios pudessem facilmente, nas suas imediações, manobrar, evoluir e imergir; possuir dificuldades naturais para o caso de hostilização da flotilha; além da indispensável infraestrutura de apoio como o fornecimento de energia elétrica e ar comprimido, oficinas, entre outros (BRASIL, 1915, p. 166).

gando o ministro que a despesa a ser feita na Ilha do Rijo para adaptá-la compensaria as que seriam realizadas nas outras ilhas citadas (BRASIL, 1915, p. 161).

Cabe mencionar que as condições técnicas favoráveis da ilha para o estabelecimento de uma base para submersíveis foram confirmadas pelo engenheiro Alfredo Lisboa, do Ministério da Viação. Entretanto, em 1916 as despesas orçadas para realização das obras de adaptação alcançaram a soma de 600 contos de réis (600:000\$000), quantia significativa que, segundo o Almirante Alexandrino, o Ministério da Marinha não dispunha para o projeto naquele momento, sendo, portanto, adiado (BRASIL, 1916, p. 71).

Em 1916, com a urgente necessidade do estabelecimento de uma base para os submersíveis da Marinha, foi extinto o Comando de Defesa Móvel do Porto do Rio de Janeiro e estabelecido, na Ilha de Mocanguê Grande, o Comando da Base de Submersíveis⁹.

Enquanto duravam algumas obras de adaptação da Ilha do Rijo, a Escola de Aviação Naval foi instalada, provisoriamente, na Ilha das Enxadas, que também era a sede da Escola Naval. Em agosto de 1917, a escola foi transferida da Ilha das Enxadas para sua sede na Ilha do Rijo, local onde seu diretor, o Capitão de Corveta Protógenes Pereira Guimarães, também pretendia montar uma oficina de construção de aeronaves (LINHARES, 2001, p. 9). Entretanto, conforme o historiador naval Helio Leoncio Martins, a Escola de Aviação Naval permaneceu na Ilha do Rijo apenas de agosto a dezembro de 1917, quando então regressou para sua antiga sede na Ilha das Enxadas. Quanto aos submarinos, faz-se importante mencionar que nunca foram enviados para a Ilha do

Rijo, sendo a Escola de Submersíveis e a base da Flotilha transferidas da Ilha de Mocanguê para o Tênder *Ceará*, quando de sua incorporação à Esquadra em 1917 (BRASIL, 1918, p. 96; MARTINS, 1985, p. 199; FGV, 2014, p. 82).

Em 1936, o escritor Armando Magalhães Corrêa, em sua matéria intitulada “A Guanabara como Natureza: Águas Cariocas – Ilha do Rijo”, publicada no jornal *Correio da Manhã* em 6 de setembro do mesmo ano, informou que a Ilha do Rijo passou por grandes reformas durante a gestão do Presidente Arthur Bernardes (1922-1926). Conforme Corrêa, em 1924 o presidente decidiu transformar o antigo prédio do observatório meteorológico em residência presidencial de verão. Entre os melhoramentos que, segundo Corrêa (1936), foram implementados destaca-se o plantio de mudas de diversas espécies, como angico-vermelho, arco-de-pipa, angelim-cor-de-rosa, cedro-rosa, jequitibá, ipê-roxo, ipê-amarelo, pau-ferro, palmeira-de-seda e sapucaia, entre outras espécies plantadas pelo agrônomo Humberto de Almeida, chefe da Seção de Silvicultura do Horto Florestal. Curiosamente, em 1932 a ilha que o Presidente Arthur Bernardes decidiu embelezar serviu-lhe algum tempo de prisão temporária antes de sua partida para o exílio em Portugal, devido ao seu apoio à Revolução Constitucionalista. Outro importante personagem político que também ficou detido na Ilha do Rijo na mesma época foi o ex-governador do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros.

Consta em relatório do ministro da Marinha, Vice-Almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz, datado de maio de 1930, que a Ilha do Rijo já estava há alguns anos à disposição da Presidência da República e que lá foram realizadas algumas obras, es-

9 Conforme Decreto Presidencial nº 12.007, de 29 de março de 1916.

tando outras em vias de execução (BRASIL, 1930, p. 69). Ainda segundo Corrêa, o ministro da Marinha, Vice-Almirante Protógenes Pereira Guimarães, decidiu, durante sua gestão, transformar o edifício da Ilha do Rijo em residência ministerial¹⁰.

A partir de 1931, a Marinha decidiu transferir da Ponta da Armação, em Niterói, para as Ilhas do Boqueirão e do Rijo o Departamento de Munição do antigo Centro de Armamento da Marinha¹¹, visando armazenar toda sua munição em local mais seguro¹². É possível que a motivação dessa decisão esteja relacionada ao acidente ocorrido nas dependências da Diretoria do Armamento da Marinha, na manhã de 30 de abril de 1931, quando forte explosão na seção de carregamento de explosivos causou grandes estragos e vitimou 48 pessoas.

Para que as atividades na Ilha do Rijo fossem desenvolvidas de maneira efetiva e segura, a Administração Naval continuou a investir na melhoria das instalações e na realização de novas obras de infraestrutura. Em 1951, conforme o ministro da Marinha, Almirante Sylvio de Noronha, informou em seu relatório:

Na Ilha do Rijo estão sendo realizadas obras de vulto, que permitirão se dispor de instalações e oficinas para manuseio de trotil¹³ e explosivos. Estão, também, sendo construídos uma estrada até o tope da Ilha, alojamentos e postos de vigilância, tudo devidamente equipado, bem como está sendo feita a reconstrução da ponte (BRASIL, 1951, p. 49).



Imagem 4 – Na imagem com vista aérea da Ilha do Rijo, possivelmente de meados do século XX, pode-se observar as diversas benfeitorias da Ilha. Fonte: Livro do Estabelecimento do Centro de Munição da Marinha

10 A gestão do Almirante Protógenes à frente do Ministério da Marinha ocorreu de 9 de junho de 1931 a 12 de novembro de 1935.

11 O Centro de Armamento da Marinha estava subordinado à Diretoria do Armamento da Marinha. Estas organizações se encontravam à época localizadas na Ponta da Armação, em Niterói.

12 Conforme histórico registrado no Livro de Estabelecimento do Centro de Munição da Marinha.

13 O mesmo que trinitrotolueno, substância utilizada na fabricação de explosivos.

Conforme o Memorial Descritivo da Ilha do Rijo confeccionado pela Diretoria de Administração da Marinha, datado de 15 de abril de 1981¹⁴, consta que a ilha ainda era um imóvel a ser transferido para a jurisdição do Ministério da Marinha¹⁵ e que possuía diversas benfeitorias que serviam às instalações navais do Centro de Munição da Marinha¹⁶.

Pelo Ofício nº 717, de 23 de abril de 1981, o diretor de Administração da Marinha, Contra-Almirante (Intendente) José Nunes da Silva, solicitou ao delegado do Serviço do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro a formalização da transferência da Ilha do Rijo do Ministério da Fazenda para o Ministério da Marinha. A transferência definitiva da Ilha do Rijo para a Marinha ocorreu, finalmente, em 17 de novembro de 1981, com a celebração de Termo de Entrega da Ilha, assinado por representantes de ambos os ministérios.

Em 1982, conforme informações compiladas do Livro de Estabelecimento do Centro de Munição da Marinha, havia em funcionamento na Ilha do Rijo um laboratório de controle de pólvoras e explosivos, as oficinas de pólvora, desativação de munição, carregamento de trinitrotolueno, espoletamento, manutenção de espoletas, e de pintura, além do prédio do almoxarifado, Casa da Guarda, alojamentos e sanitários.

A Ilha do Rijo permanece até os dias de hoje como parte das instalações navais que integram o Centro de Munição da Marinha.

O PRÉDIO HISTÓRICO

Com relação ao prédio histórico construído na Ilha do Rijo no início do século

XX, também conhecido como “Palacete da Ilha do Rijo”, faz-se importante destacar alguns aspectos arquitetônicos.

Medindo 28,80 m de comprimento por 14,65m de largura, a edificação possui estilo predominantemente classicizante, com alguns elementos arquitetônicos singulares que o enquadram no estilo eclético¹⁷. Sua construção, de planta retangular e fachada caracterizada por um traçado majoritariamente ortogonal, possui linhas claramente horizontais e sóbrias. Apresenta, no fechamento das quatro superfícies verticais, a constituição de uma massa sólida, que torna mais forte a horizontalidade, principalmente aliando-se a esta a organização e a distribuição linear ritmada de esquadrias (janelas). Estas são interceptadas por uma forma dominante centralizada (porta) que se sobressai, conferindo hierarquia por formato (dimensões maiores) e por localização, ressaltando a simetria na fachada principal da edificação. Estas características dão ao conjunto tendências neoclássicas que podem ser também evidenciadas nos seguintes elementos arquitetônicos: escadaria que dá acesso ao pavimento interno do prédio; um patamar superior ao solo, conferindo monumentalidade ao conjunto; pilastras com capitéis da ordem jônica; um frontão triangular ou retilíneo; platibanda com balaustrada ocultando o telhado e janelas; e portas com bandeiras.

Os elementos ecléticos da construção estão definidos pela presença de um frontão aberto relativo ao período do maneirismo, que faz o coroamento da parte central da entrada do edifício; e de um balaústre adoçado à base das pilastras que adornam

14 Referente ao Tombo de nº 19.085.0.

15 A Ilha do Rijo encontrava-se apenas cedida ao Ministério da Marinha pelo Ministério da Fazenda.

16 Organização Militar criada pelo Decreto nº 39.840, de 21 de agosto de 1956, com sede na Ilha do Boqueirão.

17 Conforme o Parecer nº 14, de 9 de novembro de 2011, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

a porta principal. Outra característica do ecletismo encontra-se no arco abatido que está aberto, apresentando as Armas da República. Sobre as janelas, a mistura de frontões retilíneos ou triangulares e frisos confirmam a mesma tendência estilística na edificação. No tímpano do frontão aberto, encontram-se elementos decorativos alegóricos, que, juntos, conotam significados diversos. Ladeando os motivos decorativos centrais, tem-se o ornato da palma, que significa a vitória militar e a paz; junto a ela tem-se a Esfera Armilar, que faz alusão à navegação astronômica; a âncora, que é o atributo e diversas divindades do mar; e o telescópio, ligado à observação dos astros.

Faz-se importante ressaltar que o ecletismo foi uma manifestação arquitetônica predominante desde o segundo quartel do século XIX até o início do século XX, sendo a expressão estilística que melhor se adequou aos anseios burgueses da civilização industrial.

Ao longo dos anos, o prédio histórico da Ilha do Rijo passou por diversas refor-

mas que preservaram seu estilo arquitetônico. Em 2011, por exemplo, foram feitas obras visando à restauração do prédio. Antes de se iniciarem os trabalhos, foi realizada uma prospecção estratigráfica conduzida pela restauradora Denise Santos, a fim de se identificar a policromia original do prédio. Conforme a especialista, devido às condições de conservação do prédio, a investigação obteve vestígios pouco evidentes, não sendo possível estabelecer um laudo conclusivo quanto às cores originais (SANTOS, 2011).

Um parecer da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) de 2011¹⁸, levando em consideração a pesquisa realizada pela restauradora Denise Santos e a constatação de que a pintura dos edifícios ecléticos era geralmente contrastante, para dar maior destaque a sua forma plástica e fazer, assim, com que os elementos decorativos dialogassem entre si, sugeriu o emprego de cores de época, conforme a tabela abaixo:

ÁREAS A SEREM PINTADAS	COR 1	COR 2
ÁREA RELATIVA AO PORÃO	Amarelo Ocre Código P 033 G CT Acrílico fosco (Suvinil)	Salmão Código: D 119 FGCT Acrílico fosco (Suvinil)
FACHADAS	Amarelo Ocre claro Código: E 033F CT Acrílico Fosco (Suvinil)	Salmão Claro Código: C 119 CT Acrílico Fosco (Suvinil)
ELEMENTOS DECORATIVOS	Creme Código: A 033EP CT Acrílico Fosco (Suvinil)	Creme Código: B 004 EP CT Acrílico Fosco (Suvinil)
ESQUADRIAS, PORTAS E JANELAS	Branco Neve Esmalte Sintético Acetinado	Branco Neve Esmalte Sintético Acetinado

Tabela de cores de áreas do prédio a serem pintadas conforme proposta da DPHDM
Fonte: Parecer nº 14, de 9 de novembro de 2011, da DPHDM

¹⁸ Parecer nº 14, de 9 de novembro de 2011, da DPHDM.

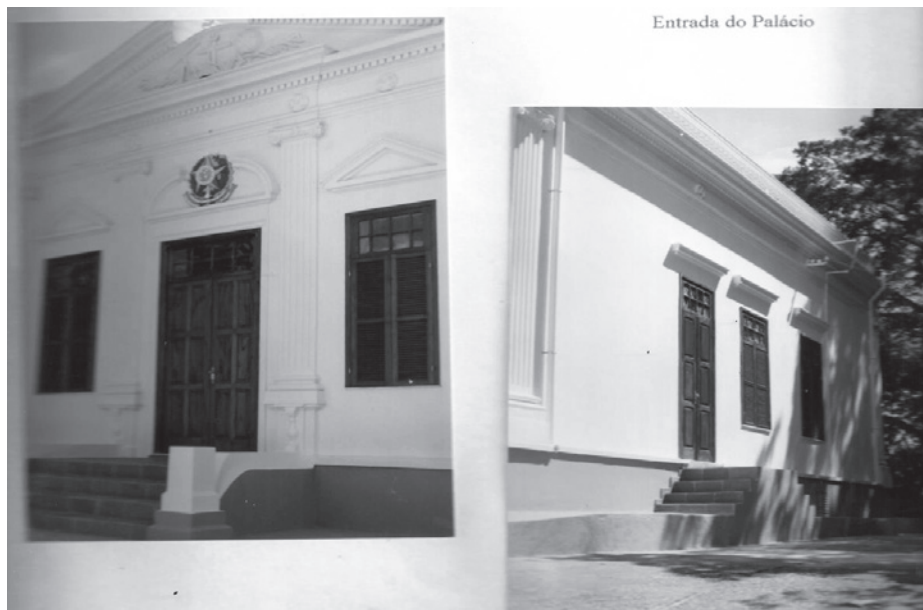


Imagem 5 – Vista da entrada e lateral do Palacete da Ilha do Rijo após reformas finalizadas em 30 de março de 2000. Fonte: Livro do Estabelecimento do Centro de Munição da Marinha



Imagem 6 – Vista do Palacete da Ilha do Rijo durante obras de recuperação em 2011. Foto: Ricardo Guimarães



Imagem 7 – Vista do frontão da edificação durante obras de recuperação em 2011
Foto: Ricardo Guimarães

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas neste texto, embora não esgotem o assunto, demonstram a importante relação histórica existente, desde o início do século XX, entre a Ilha do Rijo e a Marinha do Brasil, cuja representação encontra-se materializada em seu antigo prédio construído sob os auspícios do Barão de Jaceguai para abrigar o que deveria ser o Observatório Astronômico e Meteorológico da Marinha. Malgrado o propósito inicial, quis o destino que o prédio fosse escolhido para se tornar o palácio presidencial de verão de Arthur Bernardes, ser residência do ministro da Marinha, ficar a serviço do an-

tigo Centro do Armamento da Marinha, e, finalmente, integrar parte das instalações navais do Centro de Munição da Marinha até os dias atuais.

Faz-se importante mencionar que este prédio centenário, localizado na pequena e histórica Ilha do Rijo, vem resistindo à modernidade, já que, graças à Marinha, ainda preserva suas principais características arquitetônicas de época, sem que se prescindia de adequações necessárias ao aproveitamento de seu espaço interior. Considera-se que a preservação desse edifício, verdadeiro patrimônio histórico, contribua sobremaneira para perpetuar a memória da Ilha do Rijo e sua relação histórica com a Marinha do Brasil.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<APOIO>; Obras Cívicas; Restauração;
<HISTÓRIA>; Documento Histórico;

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1909 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Alexandrino Faria de Alencar, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, em maio de 1910. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=107&s=0&cv=1&r=0&xywh=-655%2C242%2C3118%2C2199>>.
- BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1910 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Joaquim Marques Baptista de Leão, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, em maio de 1911. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=108&s=0&cv=2&r=0&xywh=-187%2C663%2C1839%2C1297>>.
- BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1911 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Manoel Ignácio Belfort Vieira, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, em abril de 1912. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1912.
- BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1912 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Manoel Ignácio Belfort Vieira, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, em abril de 1913. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1913. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=109&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1185%2C0%2C4144%2C2923>>.
- BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1913 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Alexandrino Faria de Alencar, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, em abril de 1914. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=110&s=0&cv=335&r=0&xywh=-1080%2C174%2C3773%2C2661>>.
- BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1914 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Alexandrino Faria de Alencar, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, em abril de 1915. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=111&s=0&cv=0&r=0&xywh=-43%2C0%2C3748%2C2643>>.
- BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1915 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Alexandrino Faria de Alencar, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, em abril de 1916. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=112&s=0&cv=0&r=0&xywh=-153%2C-1%2C3504%2C2472>>.
- BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1917 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Alexandrino Faria de Alencar, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, em abril de 1918. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1918. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=115&s=0&cv=1&r=0&xywh=-441%2C548%2C2548%2C1798>>.
- BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1929 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Vice-Almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, em maio de 1930. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1930. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=126&s=0&cv=65&r=0&xywh=-1149%2C-1%2C3976%2C2805>>.
- BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório dos principais empreendimentos do Ministério da Marinha de 3 de outubro de 1946 a 1950 apresentado ao Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, General Eurico Gaspar Dutra, pelo Ministro de Estado da Marinha Almirante R. Rm Sylvio de Noronha. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1951. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=136&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1285%2C-1%2C4408%2C3110>>.

- BRASIL. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Parecer nº 14, de 9 de novembro de 2011, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Rio de Janeiro, Arquivo da Marinha.
- BURDEN, Ernest. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. Porto Alegre: Artmed Editora S.A. 2006.
- CAMINHA, Herick M. “Estrutura Administrativa do Ministério da Marinha na República”. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, v. 5, tomo IB, 1997.
- CHING, Francis D. K. *Arquitetura, forma, espaço e ordem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CORRÊA, Magalhães. “A Guanabara como Natureza: Águas Cariocas – Ilha do Rijo”. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 set. 1936.
- CZAJKOWSKI, Jorge. *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2000.
- _____. *Guia da arquitetura neoclássica e romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2000.
- DIAS, Arthur. *Nossa Marinha: notas sobre o renascimento da Marinha de Guerra do Brasil no quadriênio de 1906 a 1910*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Liga Marítima Brasileira, 1910.
- FABRIS, Anateresa. *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *100 anos da Força de Submarinos do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2104.
- GOMBRICH, E.H. *A história da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. Noticiários. 1 abr. 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_03&PagFis=700&Pesq=ilha%20do%20rijo>. Consultado em 27 de março de 2019.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro. Arrematações judiciais. 19 mar. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=ilha%20do%20rijo&pasta=ano%20188>. Consultado em 02 de junho de 2019.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro. Companhia Industrial de Dynamite. 1 set. 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&PagFis=2597&Pesq=ilha%20do%20rijo>. Consultado em 02 de junho de 2019.
- JORNAL CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. Tópicos e Notícias. 05 fev. 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01&pesq=ilha%20do%20rijo&pasta=ano%20190>. Consultado em 02 de junho de 2019.
- LINHARES, Antônio Pereira. *Aviação Naval Brasileira 1916-1941*. Rio de Janeiro: SENAI, 2000.
- MARTINS, Helio Leoncio. Bases e Arsenais. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, v. 5, tomo II, 1985, p. 194-204.
- _____. *Abrindo Estradas no Mar: Hidrografia da Costa Brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro: SDM, 2016.
- MILLER, Judith. *The style source book*. London: Reed Books Limited, 1998.
- PEVSNER, Nikolaus. *Panorama da arquitetura ocidental*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- REAL, Regina M. *Dicionário de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- REIS, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: Fundação Rosemar Pimentel, 1977.
- SANTOS, Denise. *Relatório de Prospecção no Palácio da Ilha do Rijo*. Rio de Janeiro, 2011.
- SCAVARDA, Levy. “Ilha do Rijo e Ilhota do Milho”. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: SDGM, 1º trimestre, 1956, p. 442-445.
- SOUZA, Augusto Fausto. *A Bahia do Rio de Janeiro: sua história e descrição de suas riquezas*. Rio de Janeiro, 1882. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174429>>.
- SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.